

Litel Participações S.A.

**Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

Litel Participações S.A.
Relatório da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a Administração da Litel Participações S.A. (“Litel” ou “Companhia”) submete à apreciação dos Senhores o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Perfil corporativo

A Litel Participações S.A. (“Litel” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi constituída em 21 de julho de 1995 e tem por objetivo a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades civis ou comerciais com sede no Brasil ou no exterior, como sócia cotista ou acionista, quaisquer que sejam os objetos sociais. A Companhia possui participação direta na Vale S.A. (“Vale”).

A Vale é uma sociedade anônima de capital aberto com seus títulos negociado nas bolsas de São Paulo – B3 (Vale3), Nova York – NYSE (VALE) e Paris – NYSE Euronext (Vale3).

A Vale é produtora global de minério de ferro e pelotas, matérias-primas essenciais para a indústria siderúrgica e produtores de níquel, com aplicações na indústria de aço inoxidável e ligas metálicas utilizadas na produção de diversos produtos. A Vale também produz cobre, carvão térmico e metalúrgico, manganês, ferroligas, metais do grupo de platina, ouro, prata e cobalto.

As operações da Vale, constantes nas suas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, já foram divulgadas ao mercado e podem ser obtidas em www.vale.com.br ou por meio da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br)

Até 9 de setembro de 2019, a Companhia possuía participação direta na Litela Participações S.A. (“Litela”), uma sociedade anônima de capital aberto, cujo objeto é a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades civis ou comerciais, com sede no país ou no exterior, como sócia-cotista ou acionista, quaisquer que sejam seus objetos sociais. Essa participação na Litela proporcionava à Companhia participação de forma indireta na Vale.

Em 8 de maio de 2019 foi firmado o Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Litel e Incorporação da versão da parcela cindida de seu patrimônio líquido pela Litela. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de setembro de 2019 foi aprovada a Cisão Parcial da Litel, tendo ocorrido na mesma data a Assembleia Geral Extraordinária da Litela que aprovou a incorporação da parcela cindida da Litel. Neste contexto, a Companhia deixou de ter participação na Litela.

Em virtude da supracitada cisão parcial, o capital da Litel reduziu de R\$ 7.106.481 para R\$ 21.844, uma alteração, portanto, no valor de R\$ 7.084.636, com o cancelamento de 60.018.946 ações ordinárias (vide nota explicativa nº 12).

Essa operação é parte do processo de reorganização societária das sociedades envolvidas, o qual objetivou uma maior simplificação e independência operacional e propiciou melhores condições para traçar os seus objetivos, de modo a atender, portanto, aos seus respectivos interesses patrimoniais. Além disso, a cisão parcial com incorporação objetiva a simplificação da estrutura societária e operacional do grupo econômico do qual as Companhias fazem parte, visando a maior eficiência financeira e administrativa (vide nota explicativa nº 5).

Litel Participações S.A.
Relatório da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Aspectos econômicos e financeiros

A Litel, em linha com os padrões internacionais de contabilidade, analisou e adotou todos os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais estão consistentes com as normas contábeis internacionais (IFRS).

Como empresa de participação (“holding”), a Litel tem suas receitas operacionais originadas, basicamente, da equivalência patrimonial, mensurada conforme sua participação no patrimônio líquido de Vale, que no exercício de 2019 totalizou R\$ -1.427.049 (R\$ 5.358.664 em 2018).

Receita financeira

No exercício de 2019, a Litel registrou uma receita financeira de R\$ 32.658 (R\$ 24.428 em 2018), composta, basicamente, por rendimento de aplicações financeiras e juros Selic incidentes sobre créditos tributários.

Despesas administrativas

No exercício de 2019, as despesas administrativas somaram R\$ 13.638 (R\$ 181.972 em 2018), devido, principalmente, a contratação de serviços de consultoria jurídica e financeira, despesas com publicações legais e outras despesas destinadas à manutenção das atividades da Companhia. Também estão classificados nesse grupo os tributos incidentes sobre os juros sobre capital próprio (“JCP”) deliberados pela Vale nos exercícios.

Por tratar-se de uma *holding*, as atividades da Litel são realizadas por seus diretores, não havendo funcionários contratados.

Lucro líquido (prejuízo) do exercício

O resultado da Litel, ao final do exercício 2019, totalizou R\$ -157.681 (R\$ 5.123.097 em 2018), correspondente ao resultado por ação ordinária de R\$ -0,61 (R\$ 18,59 em 2018) básico e diluído.

Remuneração dos acionistas

A Política Indicativa de remuneração anual mínima aos acionistas assegura a previsibilidade quanto ao recebimento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio calculados em 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, conforme disposto no artigo 28, inciso I do estatuto social da Companhia:

Em 27 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração da Litel deliberou R\$ 6.500 a título de reversão da reserva especial de dividendos e da reserva legal, nos montante de R\$ 6.282 e R\$ 218, respectivamente.

Litel Participações S.A.
Relatório da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Audidores independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, informamos que os nossos auditores independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, prestaram, em 2019, por período inferior a um ano, serviços relativos a análise de possíveis impactos fiscais sobre reestruturação societária. Os honorários foram de R\$ 45.000,00, que correspondem a 28% dos honorários relativos aos de serviços de auditoria externa. A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes considera que a prestação desse serviço não afeta a objetividade no desempenho de seus serviços de auditoria externa.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2020

Litel Participações S.A.

Ivan Luiz Modesto Schara – Diretor Presidente e de Relação com Investidores
Gilmar Dalilo Cezar Wanderley – Diretor Financeiro
Marcel Juviano Barros – Diretor sem designação específica
Marília de Oliveira Carmo – Diretora Administrativa

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Litel Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Litel Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Litel Participações S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o período de 1º de janeiro a 9 de setembro de 2019, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

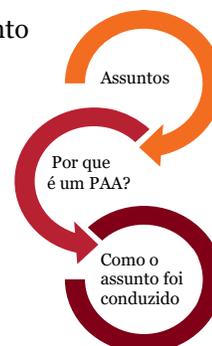
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Litel Participações S.A. e da Litel Participações S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de 1º de janeiro a 9 de setembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p data-bbox="261 489 876 552">Controlada em conjunto – Vale S.A. (“Vale”) – (Nota explicativa 9)</p> <p data-bbox="261 583 876 793">O investimento na Vale representa parte substancial dos ativos da Companhia, registrado na rubrica “Investimentos” e contabilizado por equivalência patrimonial. A Vale é uma sociedade anônima de capital aberto, produtora global de minério de ferro e pelotas, dentre outros recursos minerais.</p> <p data-bbox="261 825 876 1035">Em 25 de janeiro de 2019, ocorreu o rompimento da Barragem I da mina do Córrego do Feijão, localizada em Brumadinho, Minas Gerais, Brasil. A Vale incorreu em gastos, bem como registrou provisões relacionadas que envolveram julgamentos críticos da administração na determinação de premissas e das bases utilizadas.</p> <p data-bbox="261 1066 876 1234">Devido à natureza das incertezas quanto à mensuração dos impactos contábeis inerentes a esse tipo de evento, os valores reconhecidos e divulgados deverão ser revistos e poderão vir a ser ajustados de forma significativa em períodos futuros, à medida que novos fatos e circunstâncias sejam conhecidos.</p> <p data-bbox="261 1266 876 1434">Adicionalmente, as demonstrações financeiras da Vale apresentam outras estimativas contábeis significativas que requerem elevado nível julgamento para mensuração e registro das transações e saldos contábeis. Essas estimativas contábeis envolvem as seguintes principais áreas:</p> <ul data-bbox="261 1476 876 1623" style="list-style-type: none"><li data-bbox="261 1476 876 1581">• Avaliação do valor recuperável dos investimentos, ativo imobilizado, ativos intangíveis e do ágio fundamentado em rentabilidade futura;<li data-bbox="261 1591 876 1623">• Provisão para contingências tributárias. <p data-bbox="261 1665 876 1745">Em função do exposto acima sobre o investimento na Vale, esses assuntos foram considerados como foco em nossa auditoria.</p>	<p data-bbox="876 583 1500 667">Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, testes sobre a apuração da equivalência patrimonial sobre o investimento na Vale.</p> <p data-bbox="876 699 1500 877">Os procedimentos de auditoria envolveram, adicionalmente, a consideração dos trabalhos executados e conclusões dos auditores independentes da Vale quanto à razoabilidade das premissas e metodologia aplicadas pela administração.</p> <p data-bbox="876 940 1500 1035">Também, efetuamos leitura das divulgações nas demonstrações financeiras da Companhia, à luz dos requisitos contábeis.</p> <p data-bbox="876 1066 1500 1150">Consideramos que as divulgações efetuadas são consistentes com as informações obtidas em nossos trabalhos.</p>

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e ao período de 1º de janeiro a 9 de setembro de 2019, respectivamente, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 29 de março de 2019, sem ressalvas, e com parágrafo de ênfase relacionado a evento subsequente decorrente do rompimento da barragem de Brumadinho da Vale ocorrido em 25 de janeiro de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das



demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações



financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.⁴

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

Litel Participações S.A.
Balancos Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	197.527	211.933	-	218.018
Títulos e valores mobiliários	7	26.151	-	-	-
Tributos a recuperar	8	17.009	366.034	-	366.379
Dividendos e juros sobre o capital próprio	9	89.964	312.730	-	-
Outros valores a receber		11	-	-	-
Total do circulante		330.662	890.697	-	584.397
Não circulante					
Tributos a recuperar	8	12.675	12.675	-	12.675
Investimentos	9	2.383.676	36.214.537	-	36.520.878
Total do não circulante		2.396.351	36.227.212	-	36.533.553
Total do ativo		2.727.013	37.117.909	-	37.117.950
Passivo					
Circulante					
Debêntures	10	5.870	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	11	29.342	-	-	9
Tributos e contribuições a pagar	11	9.841	81	-	88
Dividendos e juros sobre o capital próprio	12	6.500	-	-	-
Outras contas a pagar		159	218	-	243
Total do circulante		51.712	299	-	340
Não Circulante					
Debêntures	10	448.712	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	12	-	4.593.953	-	4.593.953
Total do não circulante		448.712	4.593.953	-	4.593.953
Total do passivo		500.424	4.594.252	-	4.594.293
Patrimônio líquido					
	12				
Capital social		21.844	7.106.481	-	7.106.481
Ajustes de avaliação patrimonial		795.788	10.925.369	-	10.925.369
Reservas de lucros		1.408.957	14.491.807	-	14.491.807
Total do patrimônio líquido		2.226.589	32.523.657	-	32.523.657
Total do passivo e patrimônio líquido		2.727.013	37.117.909	-	37.117.950

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Litel Participações S.A.
Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto o resultado por ações do capital social

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019 (*)	2018
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas	13	(13.638)	(181.972)	(3.434)	(198.544)
Resultado de participações societárias em controladas	9	(1.427.049)	5.358.664	(1.427.738)	5.384.163
Resultado de variação do percentual de participação societária	9	(9.305)	330.854	(10.228)	356.197
Ganho na alienação de participação societária	9	2.178.477	1.044.537	2.178.477	1.044.537
Indenizações pagas	16	-	(1.410.000)	-	(1.410.000)
Baixa do ágio na alienação de participação societária		(34.771)	(11.951)	(34.771)	(11.951)
Despesa de captação pela emissão de debêntures	10	(190)	-	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		693.524	5.130.132	702.306	5.164.402
Receitas (despesas) financeiras					
Receitas financeiras	14	32.658	24.428	25.580	28.953
Despesas financeiras		(26.873)	(31.463)	(19.869)	(31.708)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		699.309	5.123.097	708.017	5.161.647
Imposto de renda e contribuição social	15	(856.990)	-	(406.309)	(38.550)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(157.681)	5.123.097	301.708	5.123.097
Lucro (prejuízo) por ações do capital social – Básico e diluído – Em R\$		(0,61)	18,59	1,10	18,59

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

(*) Período acumulado de 01 de janeiro de 2019 a 09 de setembro de 2019, vide nota explicativa nº 2.2.

Litel Participações S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019 (*)	2018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(157.681)	5.123.097	301.708	5.123.097
Ajustes de conversão reflexos do exercício				
Ajustes acumulados de conversão	(10.768.849)	3.226.253	54.904	3.226.253
	(10.768.849)	3.226.253	54.904	3.226.253
Ajustes de avaliação patrimonial reflexos				
Obrigações com benefícios de aposentadoria reflexos	340.387	24.227	(115.081)	24.227
Hedge de investimento líquido reflexo	403.728	(426.527)	17.778	(426.527)
Ajustes ao valor justo de investimento em ações reflexa	1.790.078	(788.553)	(57.421)	(788.553)
	2.534.193	(1.190.853)	(154.723)	(1.190.853)
Ajustes de avaliação patrimonial próprios	(986.778)	-	-	-
Total do resultado abrangente	(9.379.115)	7.158.497	201.889	7.158.497

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

(*) Período acumulado de 01 de janeiro de 2019 a 09 de setembro de 2019, vide nota explicativa nº 2.2.

Litel Participações S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais

	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva especial de dividendos não distribuídos			
Saldos em 31 de dezembro de 2017	7.106.481	1.421.296	9.412.926	-	-	9.268.386	27.209.089
Lucro líquido do exercício					5.123.097		5.123.097
Resultados abrangentes reflexos							
Ajustes acumulados de conversão reflexo						3.226.253	3.226.253
Ajustes ao valor justo de investimento em ações						(788.553)	(788.553)
Hedge de investimento líquido reflexo						(426.527)	(426.527)
Obrigações com benefícios de aposentadoria reflexo						24.227	24.227
Realização do resultado abrangente na entrega das ações						(344.217)	(344.217)
Realização na variação de percentual de participação						(34.200)	(34.200)
Destinação do resultado do exercício							
Juros sobre capital próprio deliberados			(184.738)		(966.330)		(1.151.068)
Dividendos complementares ao mínimo obrigatório					(314.444)		(314.444)
Constituição de reservas			3.842.323		(3.842.323)		-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	7.106.481	1.421.296	13.070.511	-	-	10.925.369	32.523.657
Prejuízo do exercício					(157.681)		(157.681)
Constituição de reserva especial de dividendos obrigatórios de 2018 não distribuídos				314.444			314.444
Resultados abrangentes reflexos							
Ajustes acumulados de conversão reflexa						118.230	118.230
Ajustes ao valor justo de investimento em ações reflexa						(42.289)	(42.289)
Hedge de fluxo de caixa reflexa						18.071	18.071
Obrigações com benefícios de aposentadoria reflexa						(114.163)	(114.163)
Realização de resultado abrangente na entrega das ações						(863.080)	(863.080)
Realização de resultado abrangente na alteração do percentual de participação societária						(45.067)	(45.067)
Efeitos da cisão parcial	(7.084.637)	(1.416.709)	(13.027.487)		1.211.083	(9.201.283)	(29.519.033)
Destinação do resultado do exercício							
Juros sobre capital próprio deliberados		(218)		(6.282)			(6.500)
Constituição de reservas			1.053.402		(1.053.402)		-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	21.844	4.369	1.096.426	308.162	-	795.788	2.226.589

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Litel Participações S.A.
Demonstrações do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019 (*)	2018
Fluxo de caixa das operações				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(157.681)	5.123.097	301.708	5.123.097
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício				
Resultado de equivalência patrimonial	1.427.049	(5.358.664)	1.427.738	(5.384.163)
Resultado de variação de percentual de participação societária	9.305	(330.854)	10.228	(356.197)
Resultado na distribuição de ativos financeiros	(2.178.477)	(1.044.537)	(2.178.477)	(1.044.537)
Baixa do ágio	34.771	11.951	34.771	11.951
Provisão para contingências	-	1.410.000	-	1.410.000
Juros e variações monetárias	4.506	26.448	1.419	25.929
	<u>(860.527)</u>	<u>(162.559)</u>	<u>(402.613)</u>	<u>(213.920)</u>
Variações nos ativos e passivos				
Tributos a recuperar	368.571	209.511	(1.429)	182.373
Tributos e contribuições a pagar	39.901	(701.551)	406.391	(666.768)
Outras provisões	(69)	42	22	21
Indenizações e contingências pagas	-	(1.410.000)	-	(1.410.000)
	<u>408.403</u>	<u>(1.901.998)</u>	<u>404.984</u>	<u>(1.894.374)</u>
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais	<u>452.124</u>	<u>(2.064.557)</u>	<u>2.371</u>	<u>(2.108.294)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	15.877	2.528.633	-	2.578.109
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(26.150)	-	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(10.273)</u>	<u>2.528.633</u>	<u>-</u>	<u>2.578.109</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-	(554.218)	-	(554.218)
Captações de debêntures	447.991	-	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	<u>447.997</u>	<u>(554.218)</u>	<u>-</u>	<u>(554.218)</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes no exercício	<u>(14.406)</u>	<u>(90.142)</u>	<u>2.371</u>	<u>(84.403)</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	<u>211.933</u>	<u>302.075</u>	<u>218.018</u>	<u>302.421</u>
Caixa e equivalentes no final do exercício	<u>197.527</u>	<u>211.933</u>	<u>220.389</u>	<u>218.018</u>
Transações que não envolvem caixa				
Parcela de acervo cindido do investimento	28.910.811	-	-	-
Efeito no ágio na cisão parcial	295.492	-	-	-
Efeito da cisão nos dividendos e juros sobre o capital próprio	312.730	-	-	-
Redução do capital social oriundo da cisão parcial	(7.084.637)	-	-	-
Efeitos da cisão parcial no ajustes de avaliação patrimonial	(9.201.283)	-	-	-
Efeitos da cisão parcial na reserva de lucros	(13.233.113)	-	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

(*) Período acumulado de 01 de janeiro de 2019 a 09 de setembro de 2019, vide nota explicativa nº 2.2.

Litel Participações S.A.
Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019 (*)	2018
Insumos adquiridos de terceiros	(3.848)	(13.833)	(3.434)	(14.276)
Serviços contratados	(3.848)	(13.833)	(3.434)	(14.276)
Valor adicionado líquido	(3.848)	(13.833)	(3.434)	(14.276)
Valor adicionado recebido em transferência de terceiros	740.010	5.336.532	731.320	5.391.899
Resultado de participações societárias	(1.427.049)	5.358.664	(1.427.738)	5.384.163
Ganho na variação do percentual de participação societária	(9.305)	330.854	(10.228)	356.197
Ganho na alienação de participação societária	2.178.477	1.044.537	2.178.477	1.044.537
Indenizações pagas	-	(1.410.000)	-	(1.410.000)
Baixa do ágio na alienação de participação societária	(34.771)	(11.951)	(34.771)	(11.951)
Receitas financeiras	32.658	24.428	25.580	28.953
Atualização Selic s/ IR a compensar	20.356	2.078	16.853	2.596
Rendimento s/ Títulos de renda fixa	12.229	21.460	8.654	25.467
Outras receitas financeiras	73	890	73	890
Valor adicionado total a distribuir	736.162	5.322.699	727.886	5.377.623
Impostos federais				
PIS e COFINS sobre JCP	9.790	168.139	-	184.268
Imposto de renda e contribuição social	856.990	-	406.309	38.550
Remuneração de capitais de terceiros				
Despesas Financeiras	20.282	31.463	19.869	31.708
Juros s/ debêntures	6.781	-	-	-
Lucros (prejuízos) retidos	(157.681)	5.123.097	301.708	5.123.097
Valor adicionado distribuído / (retido)	736.162	5.322.699	727.886	5.377.623

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

(*) Período acumulado de 01 de janeiro de 2019 a 09 de setembro de 2019, vide nota explicativa nº 2.2.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

1 Contexto operacional

A Litel Participações S.A. ("Litel" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi constituída em 21 de julho de 1995 e tem por objetivo a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades civis ou comerciais com sede no Brasil ou no exterior, como sócia cotista ou acionista, quaisquer que sejam os objetos sociais. A Companhia possui participação direta na Vale S.A. ("Vale").

A Vale é uma sociedade anônima de capital aberto, que tem como atividade preponderante a pesquisa, produção e comercialização de minério de ferro e pelotas, níquel, cobre, carvão, manganês, ferro-ligas, cobalto, metais do grupo de platina e metais preciosos.

A Companhia é signatária do Acordo de Acionistas da Vale firmado em 14 de agosto de 2017, com vigência até 9 de novembro de 2020 e sem previsão de renovação, o qual estabelece as condições que regem os direitos e obrigações decorrentes da condição de acionista da Vale, regulando, por exemplo, o exercício do direito de voto, a indicação de membros ao Conselho de Administração e Diretoria da Vale, assim como, o direito de preferência. Em razão deste Acordo, as decisões relevantes são compartilhadas e tomadas em conjunto com as partes.

Até 9 de setembro de 2019, a Companhia possuía participação direta na Litela Participações S.A. ("Litela"), uma sociedade anônima de capital aberto, cujo objeto é a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades civis ou comerciais, com sede no país ou no exterior, como sócia-cotista ou acionista, quaisquer que sejam seus objetos sociais. Essa participação na Litela proporcionava à Companhia participação de forma indireta na Vale.

Em 8 de maio de 2019 foi firmado o Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Litel e Incorporação da versão da parcela cindida de seu patrimônio líquido pela Litela. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de setembro de 2019 foi aprovada a Cisão Parcial da Litel, tendo ocorrido na mesma data a Assembleia Geral Extraordinária da Litela que aprovou a incorporação da parcela cindida da Litel. Neste contexto, a Companhia deixou de ter participação na Litela.

Em virtude da supracitada cisão parcial, o capital da Litel reduziu de R\$ 7.106.481 para R\$ 21.844, uma alteração, portanto, no valor de R\$ 7.084.636, com o cancelamento de 60.018.946 ações ordinárias (vide nota explicativa nº 12).

Nos termos do Protocolo e Justificação, a Litela sucedeu a Litel tão somente com relação às obrigações e direitos relacionados ao acervo líquido cindido incorporado, sem qualquer solidariedade, nos termos do artigo 233, parágrafo único, da Lei das Sociedades por Ações.

Essa operação é parte do processo de reorganização societária das sociedades envolvidas, o qual objetivou uma maior simplificação e independência operacional e propiciou melhores condições para traçar os seus objetivos, de modo a atender, portanto, aos seus respectivos interesses patrimoniais. Além disso, a cisão parcial com incorporação objetiva a simplificação da estrutura societária e operacional do grupo econômico do qual as Companhias fazem parte, visando a maior eficiência financeira e administrativa (vide nota explicativa nº 5).

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria e Conselho de Administração da Companhia em 24 de abril de 2020.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Estas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente essas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Consolidação

a. Controladas

Entidades controladas são aquelas, nas quais, de forma direta ou indireta a controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para obtenção de benefícios de suas atividades.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, com o advento da cisão parcial a Litel deixou de ter participação societária na Litela e, conseqüentemente, a necessidade de consolidá-la. Entretanto, para fins de apresentação dos saldos consolidados, contidos nestas demonstrações financeiras, as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado foram apresentadas considerando os períodos até 9 de setembro de 2019, data da cisão.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, apresentadas nos períodos comparativos, refletem os saldos de ativos, passivos e patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2018 da Companhia e de sua controlada direta Litela à época.

b. Investimentos em controlada em conjunto

Enquanto permanecer em vigor o Acordo de Acionistas (vide nota explicativa nº 1), o investimento em controlada em conjunto é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e inclui ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Ao término do tal acordo, a Companhia deixará de fazer parte do Bloco de Controle da Vale e deste modo, seguindo a orientação do CPC 18 (R2) “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, deixará de aplicar o método de equivalência patrimonial, passando a avaliar o investimento pelo valor justo, conforme estabelecido pelo pronunciamento contábil CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de seus investimentos em controlada em conjunto subsequentemente a aquisição é reconhecida na demonstração do resultado. A participação da Companhia nos resultados abrangentes de seus investimentos em controlada em conjunto subsequentemente a aquisição é reconhecida na demonstração do resultado abrangente. A participação da Companhia nas demais movimentações patrimoniais de seus investimentos em controlada em conjunto são reconhecidos de forma reflexa no patrimônio líquido. As movimentações cumulativas subsequentes a aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma controlada em conjunto for igual ou superior a sua participação na controladas em conjunto, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em seu nome.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e seus investimentos em controlada em conjunto são eliminados na proporção da sua participação nas mesmas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas em conjunto foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação acionária for reduzida, mas for retido o controle conjunto ou a influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em investimentos em controlada em conjunto, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Em função de o ágio (*goodwill*), integrar o valor contábil dos investimentos em controlada em conjunto, ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. Em vez disso, o valor contábil total do investimento é testado como um único ativo, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável. Tal evidência pode ser obtida pela existência de uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo.

As participações da Companhia na sua controlada e na controlada em conjunto, excluídas as ações em tesouraria, são as seguintes:

	% de participação no capital total	
	2019	2018
Controladas		
Direta (consolidada)		
Litela Participações S.A.	-	100,00%
Em conjunto (avaliadas pelo MEP)		
Vale S.A.	1,46%	20,98% (*)

(*) Inclui 19,09% de participação direta e 1,89% de participação indireta por meio da Litela Participações S.A.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

c. Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais a controlada e a controlada em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual as empresas atuam ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

2.4 Ativos financeiros

a. Ativos financeiros ao custo amortizado

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo e, são classificados segundo os preceitos do pronunciamento IFRS 9/ CPC 48 – Instrumentos Financeiros. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

b. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

c. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5 Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Para ativos não financeiros de longa duração quando há indicação de redução do valor recuperável é identificado o menor grupo de ativos para os quais existam fluxos de caixa separadamente identificável (“unidade geradora de caixa” ou “UGC”) e é realizado teste de *impairment* para identificar o valor recuperável desses ativos agrupados. Se identificada a necessidade de ajuste, o mesmo é apropriado a cada ativo. O valor recuperável é maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para venda.

Os saldos de *goodwill* são testados para *impairment* pelo menos uma vez por ano.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foi reconhecida nenhuma provisão para fins de *impairment* nos ativos financeiros da Companhia.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes registrados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo, que possuem liquidez imediata e vencimento original em até três meses.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

2.7 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários possuem característica de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, com vencimento de longo prazo, liquidez imediata e estão registrados acrescidos dos rendimentos financeiros (resultado).

2.8 Resultado financeiro

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber. É composta, basicamente, pelos rendimentos de aplicações financeiras e juros Selic incidentes sobre os créditos fiscais da Companhia.

A despesa financeira é composta, basicamente, pela atualização monetária de dividendos a pagar, pelos juros das debêntures emitidas pela Companhia e tributos incidentes sobre as receitas financeiras.

2.9 Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido, todas sem valor nominal. O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado.

2.10 Demonstração do valor adicionado

A Companhia divulga suas demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, de acordo com os pronunciamentos do CPC 09, que são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme prática contábil brasileira, aplicável a companhias abertas, que, entretanto para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

3 Novas normas e interpretações

IFRS 16 Leases / CPC 06 (R2) Operações de arrendamento mercantil – Em janeiro de 2016 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 16, que define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de leases (arrendamentos). O IFRS 16 substitui o IAS 17 – Leases e interpretações relacionadas. A adoção foi requerida a partir de 1º de janeiro de 2019 e não houve nenhum impacto na adoção deste pronunciamento nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que não possui transações da natureza a que ele se refere.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de impostos – Esclarece os critérios para mensuração e reconhecimento do IAS 12 - Tributos sobre o lucro. A adoção foi requerida a partir de 1º de janeiro de 2019 e não houve nenhum impacto na adoção deste pronunciamento nas demonstrações financeiras da Companhia.

4 Gestão de riscos

A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar sua estratégia de crescimento e flexibilidade financeira. Os riscos aos quais a Companhia está exposta decorrem, substancialmente, das operações realizadas pela Vale (conforme indicado logo abaixo), exceto em relação a fatores de risco relacionados a taxa de juros, principalmente decorrentes da oscilação da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que remunera suas aplicações financeiras, bem como incide sobre as debêntures que foram emitidas em 15 de setembro de 2019. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade da taxa de juros é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco.

A Vale desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tanto, avalia não apenas o impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com ela (risco de crédito), aqueles inerentes aos processos produtivos (risco operacional) e aqueles oriundos do risco de liquidez.

5 Cisão parcial

Em 8 de maio de 2019 foi firmado o Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Litel e Incorporação da versão da parcela cindida de seu patrimônio líquido pela Litela. Essa operação é parte do processo de reorganização societária das sociedades envolvidas, o qual objetivou uma maior simplificação e independência operacional e propiciou melhores condições para traçar os seus objetivos, de modo a atender, portanto, aos seus respectivos interesses patrimoniais.

A operação teve como uma de suas consequências a versão da parcela de patrimônio de Litel para Litela, com a transferência, entre essas Companhias, do acervo líquido contábil da parcela cindida.

O critério utilizado para a avaliação do patrimônio da Litel, com vistas à cisão parcial e consequente versão de parcela do mesmo à Litela, foi o valor do patrimônio líquido contábil cindido, apurado com base no balanço patrimonial da Litel, levantado em 31 de dezembro de 2018 relacionados no Laudo de Avaliação e Verificação. As mutações patrimoniais ocorridas na Litel no período compreendido entre a data do balanço que serviu de base para a determinação do acervo líquido cindido e a data da aprovação da operação pelos quotistas das partes em 9 de setembro de 2019 foram apropriadas pela Litel, exceto a equivalência patrimonial do mencionado período, que foi apropriada pela Litela, conforme Protocolo e Justificação.

A cisão parcial proposta acarretou a diminuição do patrimônio líquido contábil da Litel nos montantes que foram vertidos à Litela conforme quadro demonstrado a seguir:

Litel Participações S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018****Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário**

	Litel			Litela	
	Saldos em 31/12/2018	Saldos em 09/09/2019	Acervo cindido em 09/09/2019	Saldos mantidos em 09/09/2019	Aumento patrimonial em 09/09/2019
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	211.933	214.684	-	214.684	-
Tributos a recuperar	366.034	384.287	-	384.287	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	312.730	312.730	(312.730)	-	312.730
Não circulante					
Tributos a recuperar	12.675	12.675	-	12.675	-
Participação na Litela	3.322.280	3.183.230	(3.183.230)	-	-
Participações em controladas em conjunto	32.534.653	28.108.123	(25.727.581)	2.380.542	25.727.581
Intangível	357.604	322.833	(295.492)	27.341	295.492
Total do ativo	37.117.909	32.538.562	(29.519.033)	3.019.529	26.335.803
Passivo					
Circulante					
Tributos a recolher	81	827.236	-	827.236	-
Outros passivos	218	238	-	238	-
Não circulante					
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	4.593.953	-	-	-	-
Total do passivo	4.594.252	827.474	-	827.474	-
Total do acervo líquido	32.523.657	31.711.088	(29.519.033)	2.192.055	26.335.803
Patrimônio líquido					
Capital social	7.106.481	7.106.481	(7.084.637)	21.844	19.699.290
Reservas de lucros	14.491.807	14.806.252	(14.444.196)	362.056	-
Outros resultados abrangentes	10.925.369	9.917.402	(9.201.283)	716.119	7.717.549
Lucros acumulados	-	(119.047)	1.211.083	1.092.036	(1.081.036)
Total do patrimônio líquido	32.523.657	31.711.088	(29.519.033)	2.192.055	26.335.803

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Disponibilidades	4	3	-	5
Fundos de Investimentos	197.506	211.930	-	218.013
CDB de aplicação automática	17	-	-	-
	197.527	211.933	-	218.018

A Companhia possui uma política de investimentos que determina que suas aplicações de recursos se concentrem em títulos de renda fixa. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as aplicações foram remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As aplicações em fundo de investimentos de curto prazo, administrado pela BB Administração de Ativos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Banco do Brasil), remuneradas pelo CDI, tiveram um rendimento acumulado de 5,62% em 2019 (5,98% em 2018).

7 Títulos e valores mobiliários

O saldo de Títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 26.151, está relacionado à aplicação em Certificado de Depósito Bancário - CDB do Banco Safra, remunerado à 104,50% do CDI, com vencimento em 14 de outubro de 2020.

8 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
IRPJ e CSLL	12.894	345.626	-	345.625
IRRF sobre recebimentos de JCP	15.876	28.580	-	28.580
IRRF sobre aplicações financeiras	914	4.503	-	4.849
	29.684	378.709	-	379.054
Ativo Circulante	17.009	366.034	-	366.379
Ativo não circulante	12.675	12.675	-	12.675
	29.684	378.709	-	379.054

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

A Companhia envia regularmente à Receita Federal requerimentos via Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), solicitando as restituições dos créditos de Imposto de Renda e de Contribuição Social pagos a maior e não utilizados para a compensação dos tributos correntes.

Em dezembro de 2018, a Companhia não apurou lucro tributável fazendo com que todo o tributo sobre o lucro pago como antecipação durante o ano se transformasse em crédito fiscal, por outro lado, em 2019, a Companhia apurou relevantes valores de tributos a pagar, e utilizou o crédito apurado em 2018 para quitação.

9 Investimentos

a. Investimentos – controladora

Dados das controladas	Litela	Vale
Patrimônio líquido em:		
31 de dezembro de 2018	3.322.280	170.402.626
31 de dezembro de 2019	-	161.480.300
Lucro líquido (prejuízo) em:		
31 de dezembro de 2018	460.111	25.656.526
31 de dezembro de 2019	-	(6.671.445)
Percentual de participação em:		
31 de dezembro de 2018	100%	19,09%
31 de dezembro de 2019	-	1,46%
Quantidade de ações possuídas em:		
31 de dezembro de 2018	28.386.271	978.746.864
31 de dezembro de 2019	-	74.832.355

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Movimentação dos investimentos	Litela	Vale	Total
Saldos dos investimentos em 31 de dezembro de 2017	2.727.196	27.976.224	30.703.420
Dividendos e JCP deliberados	(109.276)	(1.497.322)	(1.606.598)
Reversão de dividendos propostos em 2017	69.987	-	69.987
Equivalência patrimonial	460.111	4.898.552	5.358.663
Ajustes de avaliação patrimonial - Reflexo das controladas (1)	174.262	1.861.138	2.035.400
Ganho na variação de percentual de participação	-	330.854	330.854
Entrega de ações para pagamento de JCP	-	(1.034.794)	(1.034.794)
Saldos dos investimentos em 31 de dezembro de 2018	3.322.280	32.534.652	35.856.932
Resultado de equivalência patrimonial	(130.047)	(1.298.967)	(1.429.014)
Ajustes de avaliação patrimonial - reflexo das controladas (1)	(9.003)	(90.816)	(99.819)
Resultado de variação de percentual de participação	-	(9.305)	(9.305)
Entrega de ações para pagamento de JCP	-	(3.027.441)	(3.027.441)
Parcela de acervo cindido do investimento	(3.183.230)	(25.727.581)	(28.910.811)
Sub-total em 9 de setembro de 2019 após cisão parcial	-	2.380.542	2.380.542
Equivalência patrimonial após cisão parcial da Companhia:			
Resultado de equivalência patrimonial	-	1.965	1.965
Ajustes de avaliação patrimonial - reflexo das controladas (1)	-	79.668	79.668
JCP deliberados	-	(105.840)	(105.840)
Saldo de investimentos em 31 de dezembro de 2019	-	2.356.335	2.356.335
Ágio do investimento em 31 de dezembro de 2018	-	357.604	357.604
Baixa de parcela de ágio na entrega das ações (2)	-	(34.771)	(34.771)
Efeito do ágio na cisão parcial da Companhia	-	(295.492)	(295.492)
Saldo de investimentos + ágio em 31 de dezembro de 2019	-	2.383.676	2.383.676

- (1) Os ajustes de conversão e de instrumentos financeiros reconhecidos no patrimônio líquido das investidas são registrados de maneira reflexa em outros resultados abrangentes no momento do ajuste da equivalência patrimonial.
- (2) Baixa do ágio decorrente da variação do percentual de participação societária pela entrega de ações conforme descrito na nota 12 (g).

A amortização do ágio teve início em abril de 2001 e o saldo foi amortizado, de forma linear, até 31 de dezembro de 2008. O ágio não está sendo amortizado desde então, porém, sujeito ao teste de recuperabilidade (*impairment*).

Para fins de teste do valor recuperável do investimento, a Companhia analisa anualmente indicadores internos e externos, a partir de premissas disponíveis no mercado, tais como projeção de preço das *commodities* e volumes de produção. É considerado também o critério de valor de mercado, utilizando o preço unitário das ações da Vale em 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não foi reconhecida nenhuma provisão para fins de *impairment* nos ativos financeiros da Companhia.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

(i) Vale S.A.

A Vale é uma sociedade anônima de capital aberto com seus títulos negociado nas bolsas de São Paulo – B3 (Vale3), Nova York – NYSE (VALE) e Paris – NYSE Euronext (Vale3).

A Vale é produtora global de minério de ferro e pelotas, matérias-primas essenciais para a indústria siderúrgica e produtores de níquel, com aplicações na indústria de aço inoxidável e ligas metálicas utilizadas na produção de diversos produtos. A Vale também produz cobre, carvão térmico e metalúrgico, manganês, ferroligas, metais do grupo de platina, ouro, prata e cobalto.

Em 14 de agosto de 2017, a Litel, a Bradespar S.A., o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR e a Mitsui & Co. Ltd. celebraram Acordo de Acionistas da Vale, vinculando 20% das ações ordinárias de emissão da Vale com vigência até 9 de novembro de 2020 e sem previsão de renovação.

Na Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Vale realizada em 27 de fevereiro de 2018 foi aprovada a deliberação de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 2.539.006, correspondente ao valor total bruto de R\$ 0,488511766 por ação ordinária, destinado no resultado da Vale de 2017, cabendo a Litel o montante de R\$ 494.109, correspondente ao seu percentual de participação, que compõe o saldo inicial de proventos a receber em 2018.

Em Reunião do Conselho de Administração da Vale realizada em 25 de julho de 2018 foi aprovada a deliberação de proventos no montante de R\$ 7.694.078, correspondente ao valor total bruto de R\$ 1,480361544 por ação ordinária, cabendo a Litel os montantes de R\$ 1.323.607 a título de juros sobre capital próprio e R\$ 173.715 a título de dividendos.

Em 25 de julho de 2018, o Conselho de Administração da Vale aprovou um programa de recompra de suas ações ordinárias, limitado ao máximo de 80.000 mil ações ordinárias. Esse programa poderá ser executado por um período de até 12 meses e as ações recompradas serão canceladas após o término do programa e/ou alienadas por meio dos programas de remuneração executiva.

Em virtude do programa supracitado, durante o exercício de 2019 a Vale utilizou 2.024.059 de ações em tesouraria para pagamento do programa Matching dos seus executivos elegíveis, conforme previsto no seu programa de recompra de ações. Diante disso, em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Vale está dividido em 5.128.282 mil ações ordinárias, excluídas as ações em tesouraria. A variação no percentual de participação ocorrida em 2019, de -0,007538%, oriunda do programa de recompra de ações da Vale, gerou uma perda de R\$ 9.305.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Litel, ocorrida em 29 de novembro de 2018, foi deliberada a liquidação financeira de parte do saldo de JCP a pagar por meio da entrega de 32.709.876 ações da Vale detidas pela Companhia aos seus acionistas, correspondente ao montante de R\$ 1.700.914, conforme descrito na nota 12 (g). O valor contábil dessas ações que foram entregues, apresentadas na conta de Investimentos, era de R\$ 1.034.794 e foi baixado para o resultado do exercício em Ganho na alienação de participação societária. Como consequência, em cumprimento aos preceitos emanados pelo “CPC 18 – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (IAS 28)”, houve também a realização proporcional de resultados abrangentes, apresentados no patrimônio líquido, nos valores de R\$ 344.217 e R\$ 34.200, respectivamente, para o resultado do exercício em Ganho na alienação de participação societária, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Resultado da distribuição de ativos não financeiros	
Receita na alienação do investimento	1.700.914
Custo na alienação do investimento	(1.034.794)
Realização de resultado abrangente na entrega de ações	344.217
Realização de resultado abrangente na alteração do percentual de participação societária	34.200
Ganho total na alienação de participação societária	<u>1.044.537</u>

Em Assembleia Geral Extraordinária da Litel, ocorrida em 12 de agosto de 2019, foi deliberada a liquidação financeira do saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, nos montantes de R\$ 492.835 e R\$ 3.804.936, respectivamente, por meio da entrega de 95.167.645 ações da Vale detidas pela Companhia aos seus acionistas, conforme descrito na nota explicativa nº 12 (g). O valor contábil dessas ações que foram entregues, apresentadas na conta de Investimentos, era de R\$ 3.027.441 e foi baixado para o resultado do exercício em Ganho na alienação de participação societária. Como consequência, em cumprimento aos preceitos emanados pelo “CPC 18 – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (IAS 28)”, houve também a realização proporcional de resultados abrangentes, reflexos e próprios, apresentados no patrimônio líquido, nos valores de R\$ 863.080 e R\$ 45.067, respectivamente, para o resultado do exercício em Ganho na alienação de participação societária, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ganho na alienação de participação societária	
Receita na alienação do investimento	4.297.771
Custo na alienação do investimento	(3.027.441)
Realização de resultado abrangente na entrega de ações	863.080
Realização de resultado abrangente na alteração do percentual de participação societária	45.067
Ganho total na alienação de participação societária	<u>2.178.477</u>

Em 9 de setembro de 2019, em virtude da Cisão Parcial da Litel, conforme descrito na nota explicativa 5, a Companhia transferiu 808.746.864 ações da Vale para a Litela. Após isso, o investimento da Litel na Vale passou a corresponder a 74.832.355 ações ordinárias, representativas de 1,46% do capital social total da Vale, excluídas as ações em tesouraria.

Em Reunião do Conselho de Administração da Vale realizada em 19 de dezembro de 2019 foi aprovada a deliberação de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 7.253.260, correspondente ao valor total bruto de R\$ 1,414364369 por ação ordinária, cabendo a Litel o montante de R\$ 105.840.

O rompimento da barragem de Brumadinho, ocorrida em 25 de janeiro de 2019, gerou algumas provisões no balanço da Vale de 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 28.187.722, que estão apresentados de forma detalhada na nota explicativa nº 15.

(ii) Litela Participações S.A.

O saldo de investimento correspondia a 28.386.271 ações ordinárias representativas de 100% do capital total e votante da Litela, até a data da cisão parcial da Companhia, ocorrida em 9 de setembro de 2019, em que a Companhia deixou de ter participação na Litela.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

A Litela foi constituída em 30 de janeiro de 2003 com o objeto social da Litela é a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades civis ou comerciais, com sede no país ou no exterior, como sócia cotista ou acionista, quaisquer que sejam seus objetos sociais.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, ocorrida em 30 de abril de 2019, foi deliberado por unanimidade que os dividendos mínimos obrigatórios relativos ao resultado do exercício de 2018 deveriam ser destinados à reserva especial de dividendos não distribuídos, no valor de R\$ 109.276, em função de ser incompatível com a situação financeira da Companhia a distribuição. Esse valor compõe o saldo final a receber em 2018.

Até 9 de setembro de 2019, a Litela participava como acionista no capital social da Vale, da qual possuía 97.026.670 ações ordinárias, representativas de 1,89% do capital social total, excluídas as ações em tesouraria.

(iii) Dividendos e juros sobre capital próprio

A movimentação de proventos deliberados e pagos por suas controladas, referentes aos exercícios 2019 e 2018, está composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo Inicial	312.730	1.304.752	-	937.153
JCP deliberados no exercício	105.840	1.323.607	-	1.450.577
IRRF s/ JCP deliberados no exercício	(15.876)	(272.657)	-	(298.813)
Recebimento de JCP no exercício	-	(2.082.261)	-	(2.088.918)
Dividendos deliberados no exercício	-	282.992	-	190.379
Reversão de dividendos propostos pela Litela em 2017	-	(69.987)	-	-
Recebimento de dividendos no exercício	-	(173.715)	-	(190.379)
JCP liquidados com incorporação de parcela cindida pela Litela	(312.730)	-	-	-
	89.964	312.730	-	-

b. Investimentos - consolidado

Vale S.A.

	2019	2018
Vale	-	32.534.652
Vale (participação indireta no investimento da Litela)	-	3.225.276
	-	35.759.929
Ágio sobre o investimento da Litel	-	357.604
Ágio sobre o investimento da Litela	-	403.345
	-	760.949
	-	36.520.878

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

A amortização do ágio teve início em abril de 2001 e o saldo foi amortizado, de forma linear, até 31 de dezembro de 2008. O ágio não está sendo amortizado desde então, porém, sujeito ao teste de recuperabilidade (*impairment*).

10 Debêntures

Modalidade	Encargos financeiros	2019
Em moeda nacional		
Primeira emissão de debêntures	112% do CDI	456.591
Custos de captação de debêntures		(2.009)
		454.582
Passivo circulante		5.870
Passivo não circulante		448.712
		454.582

Em 15 de setembro de 2019, a Companhia realizou a sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, no valor total de R\$ 450 milhões, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. Foram emitidas 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) debêntures, cada uma com o valor nominal de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo remuneradas ao custo de 112% do CDI.

As debêntures foram reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os saldos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os recursos captados por meio da emissão de debêntures estão sendo utilizados para reforço de caixa da Companhia.

O montante em 31 de dezembro de 2019 apresenta o seguinte cronograma de vencimento:

	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2020 (*)	6.591	(721)	5.870
2021	300.000	(721)	299.279
2022	150.000	(567)	149.433
	456.591	(2.009)	454.582

(*) Refere-se aos encargos financeiros calculados até 31 de dezembro de 2019, que serão pagos em outubro de 2020.

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os principais riscos atrelados às debêntures de emissão da Companhia estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Supondo: (i) que o cenário de exposição das debêntures indexadas a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2019 seja mantido, e (ii) que o CDI anual acumulado nos últimos 12 meses, para esta data base, permaneça estável (CDI: 5,94% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira de R\$ 30.376. Caso ocorram oscilações no CDI de acordo com os três cenários definidos abaixo, o valor da despesa financeira seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Taxa	Cenário 1 (*)	Aumento do índice em 25% (**)	Aumento do índice em 50% (**)
Debêntures	456.591	112% do CDI	4.566	13.301	22.037
Variação da despesa financeira			4.566	13.301	22.037

(*) Para a análise de sensibilidade do cenário 1 foi considerado o CDI de 6,94%, demonstrando aumento projetado de 1% quando comparado com o CDI acumulado dos últimos 12 meses.

(**) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de aumento dos índices foram aplicados sobre os índices do cenário 1.

11 Imposto de renda e contribuição a pagar/ Tributos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
IRPJ e CSLL	29.342	-	-	9
PIS e COFINS	9.827	42	-	47
Tributos retidos s/ serviços tomados	9	36	-	38
Outros tributos a pagar	5	3	-	3
	39.183	81	-	97

Para os anos-calendário 2019 e 2018 a Companhia optou pelo regime de lucro real anual.

A variação do saldo de tributos a recolher decorre do montante de juros sobre capital próprio deliberado pela Vale em 2019.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado, que compõe o patrimônio líquido para fins contábeis, no montante de R\$ 7.106.481, era composto por 275.514.349 ações, sendo 247.128.345 ações ordinárias, 730 ações preferenciais Classe A e 28.385.274 ações preferenciais classe B, todas sem valor nominal.

A participação acionária era assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações							
	ON	%	PNA	%	PNB	%	Total	%
Fundo de Investimento em Ações Banco do Brasil Carteira Ativa	193.740.143	78,40%	249	34,11%	28.385.274	100,00%	222.125.666	80,62%
Fundo de Investimento em Ações Carteira Ativa II	31.688.443	12,82%	26	3,56%	-	0,00%	31.688.469	11,50%
Singular Fundo de Investimento em Ações	2.583.919	1,05%	2	0,27%	-	0,00%	2.583.921	0,94%
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	74	0,00%	146	20,00%	-	0,00%	220	0,00%
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS	19.115.693	7,74%	161	22,05%	-	0,00%	19.115.854	6,94%
Fundação CESP	73	0,00%	146	20,00%	-	0,00%	219	0,00%
	247.128.345	100,00%	730	100,00%	28.385.274	100,00%	275.514.349	100,00%

Em 6 de setembro de 2019, por solicitação do único acionista da Litel detentor da totalidade de ações preferenciais de classe B emitidas pela Companhia, conforme facultado no Estatuto Social da Companhia, foi realizada a conversão da totalidade de tais ações preferenciais de classe B em ações ordinárias, na proporção de 01 (uma) ação preferencial classe B para 01 (uma) ação ordinária.

Em virtude da cisão parcial da Companhia aprovada na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 9 de setembro de 2019 (vide nota explicativa nº 5), houve uma redução no capital social de R\$ 7.084.637, passando a totalizar, a partir desta data, o montante de R\$ 21.844, mediante o cancelamento de 60.018.946 ações ordinárias.

Na mesma Assembleia, foi aprovada a conversão da totalidade das ações preferencias de classe A de emissão da Companhia em ações ordinárias na proporção de 1 (uma) ação preferencial para 1 (uma) ação ordinária.

Diante disso, o capital social subscrito e integralizado da Companhia passou a ser de R\$ 21.884 em 31 de dezembro de 2019, composto por 215.495.403 ações ordinárias, todas sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2019 a participação acionária da Companhia está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações	
	ON	%
Fundo de Investimento em Ações Banco do Brasil Carteira Ativa	173.737.086	80,62%
Fundo de Investimento em Ações Carteira Ativa II	24.785.349	11,50%
Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS	14.951.594	6,94%
Singular Fundo de Investimento em Ações	2.021.031	0,94%
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	172	0,00%
Fundação CESP	171	0,00%
	215.495.403	100,00%

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

b. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite fixado pela legislação societária de 20% do capital social. Seu saldo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 4.369 (R\$ 1.421.296 em 2018).

A Companhia deixou de constituir em 2012 a reserva legal por ter atingido os limites legais.

c. Reserva de lucros a realizar

Constituída em função de lucros existentes economicamente, mas não disponíveis financeiramente, oriundos dos ajustes do investimento pelo método da equivalência patrimonial. Essa reserva, no montante de R\$ 1.096.426 (R\$ 13.070.511 em 2018), poderá ser distribuída como dividendos na medida em que os lucros forem realizados ou tornarem-se financeiramente disponíveis.

d. Reserva especial de dividendos não distribuídos

Refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios, relativos ao resultado do exercício de 2018 que não foram distribuídos, por ser incompatível com a situação financeira da Companhia, conforme deliberado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2019.

e. Distribuição de resultados

Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com a lei societária. Os montantes de passivos circulantes correspondentes aos dividendos a pagar representam obrigações da Companhia junto a seus acionistas. A Companhia delibera sobre o pagamento desses passivos com base no fluxo de dividendos que são recebidos da Vale. A administração acredita que os proventos a serem recebidos de Vale no futuro, serão suficientes para quitar os proventos em aberto, além dos dividendos mínimos obrigatórios gerados anualmente.

A base de cálculo dos dividendos, bem como as antecipações efetuadas e o valor proposto relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é como segue:

	2019	2018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(157.681)	5.123.097
Parcela de acervo cindido em lucros acumulados (*)	1.211.083	-
Juros sobre capital próprio deliberados em RCA	-	966.330
Dividendos complementares ao mínimo obrigatório	-	314.444
Total distribuído	-	1.280.774
Percentual da distribuição proposta em relação ao lucro líquido do exercício	0%	25%

(*) A parcela de lucros acumulados oriunda da cisão da Companhia, líquida do prejuízo do exercício, foi destinada à reserva de lucros a realizar.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

f. Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada do total de ações emitidas durante o exercício.

Em 9 de setembro de 2019 houve variação na quantidade de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, conforme descrito no item (a) acima.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(157.681)	5.123.097
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	256.933	275.514
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação – R\$	<u>(0,6137)</u>	<u>18,5947</u>

g. Dividendos e juros sobre capital próprio

Em 28 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração da Litel deliberou R\$ 184.738 a título de juros sobre capital próprio relativos à reversão parcial da reserva de lucros a realizar constituída em exercícios anteriores.

Em 25 de maio de 2018, os diretores da Companhia autorizaram a liquidação financeira de juros sobre capital próprio remanescentes da deliberação ocorrida na Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de junho de 2012 e parte da deliberação ocorrida em 28 de dezembro de 2012, totalizando o montante de R\$ 554.217.

Em 30 de julho de 2018, o Conselho de Administração da Litel deliberou R\$ 485.747 a título de JCP relativos à antecipação da destinação do resultado do exercício de 2018.

Na Assembleia Geral Extraordinária da Litel iniciada em 29 de novembro de 2018, suspensa e encerrada em 7 de dezembro de 2018, foi aprovado o pagamento dos juros sobre o capital próprio, mediante a entrega aos acionistas de ações da Vale, abaixo discriminados:

- (i) Parcela final dos juros sobre o capital próprio deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 279.800;
- (ii) Juros sobre o capital próprio deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de junho de 2013, no valor de R\$ 644.920;
- (iii) Juros sobre o capital próprio deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 523.500; e
- (iv) Primeira parcela dos juros sobre o capital próprio deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de junho de 2014, no valor de R\$ 252.694. O valor remanescente de R\$ 353.797 terá a data e a forma do seu pagamento oportunamente definido pela Administração da Companhia.

O valor total pago aos acionistas foi de R\$ 1.700.914, sendo tal quantia restituída aos acionistas proporcionalmente à participação de cada um no capital social da seguinte forma: (i) considerando

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

que ações são indivisíveis, a Companhia realizou a entrega, na data de 10 de dezembro de 2018, de 32.709.876 ações ordinárias de emissão da Vale que a Companhia possuía, cujo valor de mercado, utilizando o fechamento do dia 29 de novembro de 2018, era de R\$ 52,00; e (ii) a distribuição em dinheiro, até a data de 12 de dezembro de 2018, de R\$ 165,36, nas seguintes condições: (a) foi atribuída 0,11872294962 ações da Vale para cada 01 (uma) ação de emissão da Companhia e as respectivas frações em dinheiro; e (b) os acionistas com direito à restituição de menos de 0,11872294962 ações de emissão da Vale receberam o valor equivalente às suas participações em dinheiro.

Em 28 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração da Litel deliberou R\$ 480.583 a título de juros sobre capital próprio relativos à antecipação da destinação do resultado do exercício de 2018.

Na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 12 de agosto de 2019, foi deliberado o pagamento dos proventos abaixo discriminados, mediante entrega de 95.167.645 ações de emissão de Vale, correspondentes aos montantes de R\$ 3.804.936 a título de juros sobre capital próprio e R\$ 492.835 a título de dividendos, conforme cotação da ação da Vale na referida data de 45,16 reais.

- (i) Parcela final dos Juros sobre o capital próprio deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de junho de 2014, no valor de R\$ 353.797;
- (ii) Juros sobre o capital próprio deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de dezembro de 2014, valor total de R\$ 598.255;
- (iii) Juros sobre o capital próprio deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de junho de 2015, no valor de R\$ 547.168;
- (iv) Juros sobre o capital próprio deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de dezembro de 2015, no valor total de R\$ 6.000;
- (v) Juros sobre o capital próprio deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2016, no valor total de R\$ 14.000;
- (vi) Juros sobre o capital próprio deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de junho de 2016, no valor total de R\$ 14.000;
- (vii) Juros sobre o capital próprio deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de setembro de 2016, no montante total de R\$14.000;
- (viii) Juros sobre o capital próprio deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de janeiro de 2017, no valor total de R\$ 14.000;
- (ix) Juros sobre o capital próprio deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de abril de 2017, no valor total de R\$ 369.147;
- (x) Juros sobre o capital próprio deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de agosto de 2017, no valor total de R\$ 367.464;
- (xi) Juros sobre o capital próprio deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de dezembro de 2017, no valor total de R\$ 356.037;

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

- (xii) Juros sobre o capital próprio deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de fevereiro de 2018, no valor total de R\$ 184.738;
- (xiii) Juros sobre o capital próprio deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de julho de 2018, no valor total de R\$ 485.747;
- (xiv) Juros sobre o capital próprio deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de dezembro de 2018, no valor total de R\$ 480.583; e,
- (xv) Parcela remanescente dos Dividendos Complementares ao mínimo obrigatório deliberados na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2017 no valor histórico de R\$ 421.160, valor este que foi corrigido pelo CDI da data da deliberação até a data do efetivo pagamento, no montante de R\$ 71.675 sendo R\$ 18.272 em 2019.

Em 27 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração da Litel deliberou R\$ 6.500 a título de reversão da reserva especial de dividendos e da reserva legal, nos montantes de R\$ 6.282 e R\$ 218, respectivamente.

A movimentação de proventos propostos e pagos pela administração aos acionistas da Companhia referentes aos exercícios de 2019 e 2018 está composta da seguinte forma:

	2019	2018
Saldo Inicial	4.593.953	5.355.047
JCP deliberados no exercício	6.500	1.151.068
Pagamento de JCP no exercício	(3.804.946)	(2.255.131)
Dividendos deliberados no exercício	-	314.444
Atualização monetária de dividendos a pagar	18.272	28.525
Pagamento de dividendos no exercício	(492.835)	-
Reversão de deliberação para reserva especial	(314.444)	-
Saldo final	6.500	4.593.953

13 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Serviços (consultoria, infraestrutura e outros)	(3.754)	(13.694)	(3.387)	(14.135)
Remuneração de conselheiro	(66)	(109)	(26)	(109)
Tributos e Contribuições (*)	(9.804)	(168.161)	(6)	(184.290)
Outros	(14)	(8)	(15)	(10)
	(13.638)	(181.972)	(3.434)	(198.544)

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

(*) Referem-se, basicamente, ao PIS e COFINS incidentes sobre o montante de JCP deliberado pela Vale.

14 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	12.229	21.460	8.654	25.467
Variações monetárias - créditos fiscais	20.356	2.078	16.853	2.596
Outras receitas financeiras	73	890	73	890
	<u>32.658</u>	<u>24.428</u>	<u>25.580</u>	<u>28.953</u>
Despesas financeiras				
Variações monetárias - dividendos a pagar	(18.272)	(28.525)	(18.272)	(28.525)
Tributos sobre receitas financeiras	(1.516)	(1.094)	(1.186)	(1.338)
Juros s/ debêntures	(6.591)	-	-	-
Outras despesas financeiras	(494)	(1.844)	(411)	(1.845)
	<u>(26.873)</u>	<u>(31.463)</u>	<u>(19.869)</u>	<u>(31.708)</u>
Resultado financeiro líquido	5.785	(7.035)	5.711	(2.755)

15 Reconciliação dos tributos sobre o lucro – Demonstração do resultado

	Controladora	
	2019	2018
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	699.309	5.123.097
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	237.765	1.741.853
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:	619.225	(1.741.853)
Receita de juros sobre o capital próprio	35.986	618.023
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	(2.210)	(391.363)
Resultado de participações societárias	485.197	(1.821.946)
Varição no % de participação societária	3.164	(112.490)
Resultados de alienação de investimento	163.207	(108.997)
Prejuízos fiscais	(72.662)	72.662
Outros	6.544	2.257
Tributos sobre o lucro	856.990	-

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

16 Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e de outras naturezas. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela administração em conjunto com seus consultores jurídicos internos e externos e leva em consideração: (i) histórico de perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; (iii) doutrina e jurisprudência aplicável a cada disputa. Com base nessa avaliação, a Companhia constitui provisão para contingência para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como provável de perda. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não possui nenhum processo considerado como de perda provável. Os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras, conforme preceitos estabelecidos no CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (IAS 37).

Litígios Elétron:

Em 26 de setembro de 2018, foi homologado pelo juízo da 5ª Vara Empresarial o termo de Transação Extintiva de Litígio (“Transação”) entre Litel, Bradespar e Elétron, nos autos da Ação de Execução, encerrando de todos os três litígios que envolviam as partes (Arbitragem nº 2010.00863 - “Expansão Valepar”, Ação de Execução nº 0338801-16.2014.8.19.0001 e Arbitragem nº 2015.00905 – 3ª Arbitragem) além das ações anulatórias distribuídas por Litel (Ação Anulatória nº 0093326-60.2010.8.19.0001 e Ação Anulatória nº 0495870-19.2011.8.19.0001) e ações anulatórias propostas por Bradespar, assim como todos os recursos e incidentes a elas relacionados. Em contrapartida para o encerramento dos litígios, Litel e Bradespar efetivaram o pagamento na mesma data do valor de R\$ 2.820.000, de forma solidária e na proporção de 50% cada uma em moeda nacional corrente. Extinta a execução, na forma do art. 924, II, do CPC, a Elétron conferiu quitação à Litel e Bradespar, e Litel e Bradespar à Elétron, de forma ampla, geral e irrestrita, em caráter irrevogável e irretroatável, sobre todas e quaisquer divergências existentes e que possam existir relativos aos eventos ocorridos por força dos fatos objeto das ações judiciais e arbitrais, bem como sobre quaisquer fatos acerca da sua participação na Valepar e das obrigações constantes do Acordo de Acionistas Valepar.

O valor de R\$ 1.410.000, correspondente aos 50% de responsabilidade da Litel, foi contabilizado no resultado do exercício em 26 de setembro de 2018 (R\$ 1.185.386 já havia sido contabilizado no trimestre findo em 30 de junho de 2018, ainda como uma provisão).

Em novembro de 2018, a Litel propôs ação em face de Bradespar e Bradesplan pleiteando o ressarcimento dos valores desembolsados no âmbito da Transação (acima definida). Tal processo tramita em segredo de justiça e é classificado como chance de êxito possível pelos advogados que patrocinam a causa. Em resposta, Bradespar e Bradesplan apresentaram em março de 2019 a contestação e reconvenção. Na reconvenção, Bradespar e Bradesplan pleiteiam uma indenização equivalente a R\$ 705.000, o qual é classificado como chance de êxito possível pelos advogados que patrocinam a causa. A Companhia, na sequência, apresentou a sua réplica e resposta à reconvenção.

Em dezembro de 2019, o juízo de primeira instância proferiu sentença julgando improcedente o pedido da Litel e parcialmente procedente o pedido reconvenicional de Bradespar S.A e Bradesplan S.A. para condenar a Litel ao pagamento de R\$ 470.094. Os assessores jurídicos da Litel mantêm o prognóstico de êxito possível e recorrerão da sentença.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

17 Partes relacionadas e remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não tem quaisquer saldos e/ou transações inseridas ou não inseridas no seu contexto operacional com partes relacionadas, exceto os depósitos bancários e as aplicações em fundo de investimento detidos junto ao Banco do Brasil, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6, bem como não possui quaisquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores, clientes ou financiadores com os quais a Companhia mantém uma relação comercial.

O Conselho de Administração da Companhia faz jus a remuneração mensal de R\$ 10, conforme deliberação ocorrida na Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de agosto de 2019.

Em 12 de agosto de 2019, a totalidade do saldo de R\$ 4.297.771 relativo ao passivo com partes relacionadas que se referia a dividendos e juros sobre capital próprio a pagar aos seus acionistas, foram quitados, conforme nota explicativa nº 12 (g).

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de R\$ 6.500, relativo ao passivo com partes relacionadas refere-se a juros sobre capital próprio a pagar aos seus acionistas, que poderão ser quitados quando do recebimento de juros sobre capital próprio a receber.

18 Rompimento da barragem de Brumadinho da Vale

Considerando a participação que a Companhia possui na Vale e, por ser este o seu principal ativo, julgamos relevante destacar em eventos subsequentes o rompimento da Barragem I da Mina do Córrego do Feijão da Vale, que pertence ao Complexo Paraopebas no Sistema Sul, localizada em Brumadinho, Minas Gerais, Brasil (“Barragem de Brumadinho”), ocorrido em 25 de janeiro de 2019.

Em 25 de janeiro de 2019, uma barragem de rejeitos (“Barragem I”) rompeu na mina Córrego do Feijão, no município de Brumadinho, Minas Gerais. O rompimento liberou um fluxo de rejeitos, destruindo algumas das instalações da Vale, afetando as comunidades locais e causando impacto no meio ambiente. Os rejeitos liberados causaram um impacto de cerca de 315 km de extensão, atingindo as proximidades do rio Paraopeba. O rompimento da barragem em Brumadinho (“evento”) resultou em 270 fatalidades ou fatalidades presumidas.

A mina do Córrego do Feijão faz parte do complexo de Paraopeba, no Sistema Sul. A Barragem I continha aproximadamente 11,7 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro e estava inativa desde 2016 (ou seja, sem descarte adicional de rejeitos). A Barragem I foi construída através da construção de camadas sucessivas (alçamento) sobre os rejeitos acumulados no reservatório, uma técnica conhecida como método “a montante”. Existem dois outros métodos de alçamento, o método “a jusante” e o método “centro de linha”. Cada um desses métodos apresenta um perfil de risco diferente.

A Vale vem adotando as ações necessárias para o amparo das vítimas e a mitigação e reparação dos danos sociais e ambientais, decorrentes do rompimento da barragem. A Vale proporcionou suporte mediante diversas frentes de ação, com o objetivo de assegurar toda a assistência humanitária necessária aos afetados pelo rompimento da barragem. A Vale tem se concentrado na prevenção de eventos similares, através da descaracterização acelerada de barragens a montante e de centro de

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

linha.

Adicionalmente, a Vale determinou a suspensão da Política de Remuneração aos Acionistas e de qualquer outra deliberação relacionada à recompra de ações.

Como consequência do rompimento da barragem, a Vale reconheceu no resultado um impacto total de R\$ 28,8 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para atender aos compromissos assumidos pela Vale, incluindo descaracterização de barragens, indenizações e doações concedidas aos que foram afetados pelo evento, gastos com reparação das áreas afetadas e compensação à sociedade.

a) Descaracterização das barragens

(a.i) Barragens da Vale

Em 29 de janeiro de 2019, a Vale informou ao mercado e às autoridades brasileiras a decisão de acelerar o plano de descaracterização de todas as suas barragens de rejeitos construídas pelo método de alteamento a montante (o mesmo método da Barragem de Brumadinho) localizadas no Brasil. A descaracterização significa que a estrutura será desmobilizada e perderá por completo as características de barragem. Após o evento, a Agência Nacional de Mineração (“ANM”) estabeleceu novos critérios de segurança de barragens, determinando a descaracterização de estruturas construídas pelos métodos de alteamento a montante.

Antes do evento, os planos para a descaracterização dessas barragens até então eram baseados em métodos que asseguravam a estabilidade física e química das estruturas, sem necessariamente prever, em todos os casos, a retirada completa e eventual processamento dos rejeitos contidos nas barragens. Desde o evento, a Vale vem trabalhando para desenvolver um plano detalhado de engenharia para a descaracterização de cada uma dessas barragens.

Os planos atualizados indicam que para algumas dessas barragens “a montante”, a Vale terá primeiramente que reforçar à jusante os maciços dessas estruturas, para então concluir a descaracterização, de acordo com as condições geotécnicas e geográficas de cada uma delas. Também foi considerada a necessidade de construção de contenções adicionais para algumas estruturas, de acordo com seu nível de segurança.

Como consequência dessa decisão e seguindo os novos padrões estabelecidos pela ANM, a Vale avaliou suas estruturas de barragem e registrou uma provisão referente à descaracterização das estruturas a montante, certas estruturas denominadas “centro de linha” e diques de contenção, que foram identificadas até o momento.

A Vale elaborou projetos de engenharia para estas estruturas e os custos totais esperados para realizar todos os projetos de descaracterização resultaram em uma provisão de R\$ 10 bilhões, reconhecida na demonstração do resultado.

A movimentação da provisão no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está demonstrada a seguir:

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Em R\$ milhões	2019
Provisão	10.274
Pagamentos	(642)
Juros apropriados	402
Saldo em 31 de dezembro	10.034
Passivo circulante	1.247
Passivo não circulante	8.787
Passivo	10.034

A mensuração dos custos e o reconhecimento da referida provisão levam em consideração diversas premissas e estimativas que dependem de fatores, alguns dos quais não estão sob o controle da Vale. As principais estimativas e premissas críticas aplicadas consideram, dentre outros: (i) o volume de rejeitos a ser removido que foi baseado nas informações históricas disponíveis e na interpretação das leis e regulamentos em vigor; (ii) a disponibilidade de locais para o depósito dos rejeitos; (iii) a aprovação dos métodos e soluções de engenharia apresentados para as autoridades competentes; e (iv) atualização na taxa de desconto. Portanto, mudanças nas premissas e estimativas relevantes poderão resultar em alteração significativa no montante provisionado em 31 de dezembro de 2019.

(a.ii) Barragens de coligadas e joint ventures

Algumas das investidas da Vale também operam estruturas de barragens semelhantes e conforme detalhado na nota explicativa nº 22 das suas demonstrações financeiras, a Vale reconheceu uma provisão de R\$ 993 milhões durante o ano de 2019 como “Resultado de participações e outros resultados em coligadas e *joint ventures*”, em relação à descaracterização da barragem de rejeitos de Germano, de propriedade da Samarco Mineração S.A.

b) Provisão para compensação e acordos

A Vale vem trabalhando junto às autoridades competentes e com a sociedade para reparar os impactos ambientais e sociais decorrentes do evento. Nesse sentido, a Vale realizou negociações e celebrou acordos com as autoridades competentes, bem como com as pessoas afetadas pelo evento. A Vale também celebrou termos de doação para o município de Brumadinho, instituições, famílias com entes desaparecidos ou falecidos, famílias que residiam e desenvolviam atividades produtivas na área da Zona de Autossalvamento da barragem de Brumadinho.

A Vale também está desenvolvendo estudos e projetos para a recuperação da vegetação e para assegurar a segurança geotécnica das estruturas remanescentes na mina do Córrego do Feijão, incluindo a remoção e descarte adequado dos rejeitos, principalmente ao longo do rio Paraopeba. Adicionalmente, a Vale conta com estruturas dedicadas para o tratamento dos animais resgatados, possibilitando o atendimento emergencial e recuperação.

A movimentação da provisão no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está demonstrada a seguir:

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Em R\$ milhões	2019
Provisão para compensação social e econômica	10.582
Provisão para reparação e compensação ambiental	4.591
Pagamentos	(3.340)
Juros apropriados	189
Saldo em 31 de dezembro	12.022
Passivo circulante	6.319
Passivo não circulante	5.703
Passivo	12.022

O montante total dessa provisão pode variar em decorrência do estágio preliminar das negociações em andamento, prazos e escopo dos programas, que estão sujeitos à aprovação e consentimento das autoridades competentes.

Além disso, a Vale está em negociação com o Governo do Estado de Minas Gerais (“GEMG”) e outras autoridades competentes para um acordo adicional de indenização por danos coletivos e compensação para a sociedade e o meio ambiente. O objetivo da Vale com um potencial acordo é proporcionar um acordo estável para a execução das reparações e compensações, com a suspensão dos processos civis existentes.

O acordo potencial ainda é muito incerto e está sujeito à conclusão das negociações em andamento e à aprovação pela Vale, Governo do Estado de Minas Gerais, Ministério Público e por outras Autoridades e Partes Intervenientes.

Portanto, as provisões registradas nas demonstrações financeiras da Vale não incluem o resultado potencial da negociação em andamento, pois ainda não é possível estimar com segurança o valor ou se as negociações em curso serão bem-sucedidas.

A estimativa do impacto econômico do potencial acordo dependerá do (i) acordo sobre a lista final de projetos de reparação e compensação, (ii) uma avaliação detalhada das estimativas dos valores a serem gastos nos projetos de reparação e compensação em discussão, (iii) uma análise do escopo detalhado de tais projetos para determinar sua correspondência com as iniciativas e montantes já provisionados; e (iv) o momento da execução dos projetos e desembolsos, que impactarão o valor presente das obrigações.

Com base nos termos atuais em discussão e em estimativas preliminares, sujeitas às incertezas listadas acima, o possível acordo pode resultar em uma provisão adicional variando de R\$ 4 bilhões a R\$ 8 bilhões. Todos os impactos contábeis, se houver, serão registrados no período em que um acordo for celebrado.

(b.i) Defensoria Pública

Em 5 de abril de 2019, a Vale e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais formalizaram um termo de compromisso que estabeleceu as bases para a indenização de danos materiais, econômicos e

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

morais sofridos pelas pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem de Brumadinho, mediante a celebração de acordos extrajudiciais, individuais ou por grupo familiar. Esse termo de compromisso estabelece a base para uma ampla variedade de pagamentos de indenização, os quais foram definidos com base na melhor prática e na jurisprudência dos Tribunais brasileiros.

(b.ii) Ministério Público do Trabalho

Em 15 de julho de 2019, a Vale assinou um acordo final com o Ministério Público do Trabalho para indenizar os empregados diretos e terceirizados da mina do Córrego do Feijão que foram afetados pelo término da operação.

Nos termos do acordo final, a Vale manterá os empregos dos seus empregados diretos e dos terceirizados até 25 de janeiro de 2023 ou converterá esse benefício em compensação financeira. O acordo também inclui indenização aos parentes das vítimas fatais do evento, cujo valor pode variar dependendo do parentesco com as vítimas, além de seguro médico vitalício aos viúvos e viúvas e aos dependentes das vítimas até os 25 anos.

Adicionalmente, o acordo estabeleceu um pagamento de indenização de danos morais coletivos no valor de R\$ 400 milhões, o qual foi integralmente pago em 2019.

(b.iii) Governo Federal, Estado de Minas Gerais, Ministério Público

Em 20 de fevereiro de 2019, a Vale firmou um acordo preliminar junto ao Estado de Minas Gerais, ao Governo Federal, e representantes do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, da Defensoria Pública Federal e do Estado de Minas Gerais, nos termos do qual a Vale assumiu a obrigação de realizar, mediante prévio cadastro, pagamentos emergenciais de indenização aos moradores de Brumadinho e das comunidades que estiverem localizadas até um quilômetro do leito do Rio Paraopeba, desde Brumadinho até a cidade de Pompéu. Em razão desse acordo, a Vale antecipou as indenizações por meio de pagamentos mensais, os quais variaram em função da idade dos beneficiários e outros fatores, durante um período de 12 meses.

Em 28 de novembro de 2019, foi homologada a prorrogação, por mais 10 meses, a partir do dia 25 de janeiro de 2020, dos pagamentos emergenciais aos atingidos pelo rompimento da barragem.

(b.iv) Reparação e compensação ambiental

Em 8 de julho de 2019, a Vale celebrou um acordo com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (“COPASA”) para implementar diversas ações de limpeza das áreas afetadas e melhorias no sistema de captação de água ao longo do rio Paraopeba e de outros pontos de coleta de água próximos à área afetada. Adicionalmente, a Vale mobilizou a dragagem de parte do material liberado, incluindo a limpeza e o desassoreamento da calha do rio Paraopeba.

c) Despesas incorridas

A Vale incorreu em gastos que não se qualificam para o reconhecimento de provisão e, portanto, o montante de R\$ 2,9 bilhões foi reconhecido diretamente no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Estes gastos referem-se a serviços de comunicação, acomodação e assistência humanitária, equipamentos, serviços jurídicos, água, ajuda alimentícia, impostos, entre outros.

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

d) Paradas de operação

A Vale possui algumas operações paralisadas devido a decisões judiciais ou análises técnicas realizadas pela Vale em suas estruturas de barragens a montante. A Vale registrou uma perda relacionada à parada de operação e capacidade ociosa do segmento de minerais ferrosos reconhecido no resultado como “Pré-operacionais e paradas de operação” no valor de R\$ 2,9 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Durante o ano de 2019, algumas destas operações retornaram parcialmente e a Vale está trabalhando em medidas técnicas e legais para a retomada da capacidade total das operações paralisadas.

e) Baixa de ativos

Como resultado do evento e em conjunto com a decisão de aceleração do plano de descaracterização das barragens a montante, a Vale reconheceu uma perda de R\$ 904 milhões como “Redução ao valor recuperável e baixa de ativos não circulante” no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, referente à baixa dos ativos da mina Córrego do Feijão e os relacionados às demais barragens a montante no Brasil.

f) Contingências e outras questões legais

A Vale está sujeita a contingências significativas em razão do rompimento da Barragem de Brumadinho. A Vale é parte em diversas investigações e processos judiciais e administrativos movidos por autoridades e pessoas afetadas. A Vale está avaliando essas contingências e poderá realizar provisões, com base na evolução desses processos.

Em função desses processos, cerca de R\$ 6,4 bilhões de ativos da Vale estão bloqueados em 31 de dezembro de 2019, sendo que deste montante cerca de R\$ 504 milhões foram bloqueados nas contas bancárias da Vale e R\$ 5,9 bilhões foram convertidos em depósitos judiciais.

Para o evento de Brumadinho, a Vale dispõe de garantias adicionais no montante de R\$ 5,6 bilhões, que foram apresentadas em juízo e utilizadas para liberar o respectivo valor em depósito judicial durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. O custo relacionado à estas garantias adicionais foram de R\$ 36 milhões e está registrada como despesa financeira na demonstração do resultado da Vale do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

(f.i) Sanções administrativas

A Vale foi notificada da imposição de multas administrativas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”), no montante de R\$ 250 milhões, que a Vale espera liquidar através de projetos ambientais. Além disso, a Secretaria do Meio Ambiente – SEMA de Brumadinho, impôs multas administrativas no montante total de R\$ 181 milhões. Ambos os valores estão registrados em 31 de dezembro de 2019.

(f.ii) Ações coletivas nos Estados Unidos

A Vale e alguns de seus atuais e ex-executivos foram indicados como réus em Reclamações para potenciais ações coletivas perante Tribunais Federais de Nova York, ajuizada por detentores de

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

valores mobiliários - American Depositary Receipts (“ADRs”) - de emissão da Vale, com base na legislação Federal Norte Americana sobre valores mobiliários. As Reclamações foram consolidadas por meio de uma única Reclamação (“amended complaint”) ajuizada pelo Autor principal (“Autor” ou “Lead Plaintiff”) em 25 de outubro de 2019 perante o Tribunal do Eastern District em Nova York.

O Autor alega que a Vale teria feito declarações falsas e enganosas ou deixado de fazer divulgações relativas aos riscos de um rompimento da barragem I da mina do Córrego do Feijão e sobre a adequação de seus programas e procedimentos. O Autor não especificou valores dos prejuízos alegados nessa demanda. Em 13 de dezembro de 2019, a Vale apresentou a defesa preliminar (“motion to dismiss”) à Reclamação consolidada.

A Vale pretende defender-se desse processo e preparar uma defesa completa contra todas as alegações. Com base na avaliação dos consultores jurídicos da Vale e dado o estágio muito preliminar, a expectativa de perda deste processo é classificada como possível. No entanto, em vista da fase inicial da potencial ação coletiva acima mencionada, não é possível, no momento, estimar com confiabilidade o potencial montante envolvido.

g) Seguros

A Vale está negociando com as seguradoras com base nas suas apólices de seguro de risco operacional, responsabilidade civil, mas essas negociações ainda estão em um estágio inicial. Qualquer pagamento de indenizações dependerá da definição de cobertura dos seguros, com base nessas apólices e na avaliação do montante da perda. Em função das incertezas relacionadas ao tema, nenhuma indenização para a Vale foi reconhecida nas demonstrações financeiras da Vale.

Política contábil

As provisões são mensuradas ao valor presente aplicando a melhor estimativa da Administração em relação aos desembolsos requeridos para liquidar a obrigação presente na data de apresentação das demonstrações financeiras. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente é uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do passivo. O aumento da provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa de juros. Não são constituídas provisões para perdas operacionais futuras.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A mensuração da provisão requer o uso de julgamentos, estimativas e premissas significativas. A provisão reflete os custos estimados para cumprir a obrigação da Vale em relação ao evento. A provisão pode ser afetada por fatores que incluem, mas não estão limitados a: (i) alterações nas leis e regulamentos, (ii) variação dos preços correntes estimados de custos diretos e indiretos relacionados a insumos e serviços, (iii) alterações do fluxo previsto de pagamentos dos custos estimados, (iv) mudanças em tecnologias consideradas na mensuração atual, (v) quantidade de pessoas com direito aos pagamentos de indenização, (vi) resolução de questões legais potenciais e existentes, (vii) premissas demográficas, (viii) premissas atuariais e (ix) atualizações na taxa de desconto.

Desta forma, os valores efetivamente incorridos pela Vale poderão diferir dos valores atualmente provisionados, em razão da confirmação das premissas utilizadas e que dependem de diversos fatores, alguns dos quais não estão sob o controle da Vale. Essas mudanças podem resultar em um

Litel Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

impacto material no valor da provisão em períodos futuros. Em cada data de relatório, a Vale reavaliará as principais premissas utilizadas na preparação dos fluxos de caixa projetados e ajustará a provisão, quando necessário.

19 Eventos subsequentes

Pandemia - Coronavírus

Coronavírus é uma família de vírus que causam infecções respiratórias em seres humanos e em animais. Geralmente, infecções por coronavírus causam doenças respiratórias leves a moderada, semelhantes a um resfriado comum. O novo agente do coronavírus foi descoberto em 31/12/19 após casos registrados na China. Provoca a doença chamada de coronavírus (COVID-19). De uma forma geral, a principal forma de transmissão dessa doença se dá por contato próximo de pessoa a pessoa.

Devido ao grande alastramento mundial da doença, caracterizado como pandemia, no início de fevereiro de 2020, foi sancionada no Brasil a Lei 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. O isolamento e a quarentena de pessoas, a fim de evitar a possível contaminação ou a propagação ainda maior do vírus, são algumas das medidas que veem sendo ser aplicadas pelo Poder Público.

Considerando o investimento que a Companhia tem na Vale, não houve nenhum impacto nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e que nesse momento não temos informações e condições de afirmar se haverá impactos no exercício de 2020.

* * *

Ivan Luiz Modesto Schara – Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Gilmar Dalilo Cezar Wanderley – Diretor Financeiro

Marcel Juviniانو Barros – Diretor sem designação específica

Marília de Oliveira Carmo – Diretora Administrativa

Flávio Freitas Thomaz Pereira – Contador CRC RJ 081603/O-0

Litel Participações S.A.
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

LITEL PARTICIPAÇÕES S.A
Companhia Aberta
CNPJ: 00.743.065/0001-27

Os diretores da Litel, para fins do disposto nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Litel relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Atenciosamente,

Ivan Luiz Modesto Schara – Diretor Presidente e de Relação com investidores

Gilmar Dalilo Cezar Wanderley – Diretor Financeiro

Marcel Juviniانو Barros – Diretor sem designação específica

Marília de Oliveira Carmo – Diretora Administrativa

Litel Participações S.A.
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

LITEL PARTICIPAÇÕES S.A
Companhia Aberta
CNPJ: 00.743.065/0001-27

Os diretores da Litel, para fins do disposto nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Litel referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Atenciosamente,

Ivan Luiz Modesto Schara – Diretor Presidente e de Relação com investidores

Gilmar Dalilo Cezar Wanderley – Diretor Financeiro

Marcel Juvinião Barros – Diretor sem designação específica

Marília de Oliveira Carmo – Diretora Administrativa